

# EDITORIAL

A "Nova República" já nasceu velha. Ela abriga as mesmas instituições de ontem e o próprio poder ainda está nas mãos dos mesmos que o controlavam antes. As práticas também são as mesmas, inclusive a dissimulação do real através do investimento maciço em propaganda a fim de construir uma opinião pública favorável. A atual República procura se maquilar habilmente com a finalidade de parecer nova e moderna. Mas a imagem que ela tenta dourar e platinar entra em contradição com a fria realidade social: os ricos cada vez mais favorecidos, e os pobres cada vez mais pauperizados.

É nesse contexto que se fala em "novo pacto social" e em "transição democrática". Em outras palavras, estaríamos saindo de um período de ditadura e entrando numa idade de ouro das liberdades democráticas, porém, se analisarmos a questão mais a fundo, veremos que isso é mais uma falácia e discurso vazio.

Vejamos o que é um pacto social e o que o caracteriza. Um pacto é um ajuste, uma convenção, um contrato. Uma Constituição, por exemplo, é um pacto. Todo o pacto pressupõe, no mínimo, duas partes em luta que fazem um acordo entre si. As duas facções ajustariam as condições de convivência mútua dentro de padrões de aceitação e dignidade para ambos os lados.

A Constituição deveria ser a consubstanciação de um pacto social. Propositadamente dissemos "deveria ser", pois a unilateralidade esvazia o sentido de pacto. Pacto de um só lado não é pacto. É imposição. Da mesma forma que não pudemos ter um presidente eleito diretamente, também foi impossível uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana. Assim, uma das classes consideradas pactuantes foi inteiramente alijada do processo de discussão e formulação do próprio pacto. A participação popular que vinha crescendo nos comícios das diretas foi esvaziada pelo Colégio Eleitoral. A decisão de se delegar poderes constituintes ao próprio Congresso foi a segunda arma para frear a participação do povo. A eleição dos Constituintes misturada à dos Governadores serviu para descaracterizar as discussões em torno da legitimidade de candidaturas e de propostas para a elaboração da Carta Magna.

Portanto teremos um Congresso Nacional Constituinte instalado à margem do povo, através das mesmas velhas práticas políticas predominantemente eleitoreiras, paternalistas, populistas e clientelísticas. Os interesses da classe dominante estarão bem defendidos e resguardados. Mais uma vez será escrita uma Nova Constituição, mais um pacto, de cima para baixo: a conciliação dos interesses das elites dirigentes no poder. Os de cima são soberanos legisladores. Os de baixo, servos e cumpridores da lei. Aqueles que sempre pagam o pacto.

Por outro lado, a transição democrática ou “transição sem ruptura”, como dizem alguns, não passa de uma transição conservadora: de conservadores-liberais para liberais-conservadores. Os privilégios da classe dominante continuam em primeiro plano e o processo de acumulação capitalista se intensifica através do saneamento da economia, vale dizer, sacrifício do povo. A própria dívida externa é uma questão não resolvida. O governo civil não abre mão do braço armado e nem das leis de segurança nacional, de imprensa, de greve e congêneres. Numa sociedade de classes, como falar em democracia sem sindicatos livres? Como falar de democracia sem eleições diretas em todos os níveis? Como, ainda, falar em democracia sem liberdade e autonomia nas universidades brasileiras? Onde está o ensino público e gratuito?

Contudo, o momento histórico em que vivemos é fecundo em possibilidades e desdobramentos.

Ao longo das distensões e aberturas a verdade é que o povo, a sociedade civil, vem se organizando. A participação negada é cada vez mais exigida. Parece-nos até que o nível de conscientização e de informação tem crescido nos últimos tempos, a despeito da educação. Sabemos que a educação não é a alavanca de transformação da sociedade. Mesmo porque se existe uma contribuição nesse sentido, ela deve ser creditada exatamente àqueles educadores que já souberam responder à pergunta “educação para quem?” e que, extrapolando os limites da escola formal, já se ombream com os desfavorecidos. Estes são os mesmos educadores que sabem que um **novo pacto social** só será possível com **novas práticas políticas** claramente definidas em favor do povo. E que sabem, também, que **transição** significa trajetória de transformação social, econômica e política e não mudança dócil ou metamorfose de antigos regimes em espectros pseudodemocráticos.

Conselho Editorial